

# ***TUTELA PENAL DO MEIO AMBIENTE: CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE PREVISTOS NA LEI N. 9.605, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1998<sup>1</sup>.***

---

**LUÍS PAULO SIRVINSKAS**

*Promotor de Justiça Criminal em São Paulo,  
Professor Associado de Direito Ambiental na  
Universidade Cidade de São Paulo (UNICID),  
Ex-Professor Adjunto de Legislação Tributária nas  
Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU),  
Especialista em Direito Penal pela Faculdade de Direito  
da Universidade de São Paulo (FADUSP) e em  
Interesses Difusos e Coletivos pela Escola Superior do  
Ministério Público de São Paulo (ESMP).*

## ***INTRÓITO***

Hodiernamente, a tutela penal do meio ambiente continua sendo uma necessidade indispensável, especialmente quando as medidas nas esferas administrativa e civil não surtirem os efeitos desejados. A medida penal tem por escopo prevenir e reprimir condutas praticadas contra a natureza. A moderna doutrina penal vem propugnando a abolição da pena privativa de liberdade com a conseqüente substituição por penas alternativas. Num futuro próximo, a pena privativa de liberdade será aplicada em casos extremos. Procura-se evitar, ao máximo, a sua aplicação ao caso

---

<sup>1</sup> Trabalho elaborado com base à consulta no livro de minha autoria intitulado *Tutela Penal do Meio Ambiente - Breves Considerações Atinentes à Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*, Saraiva, 1998, S. Paulo.

concreto, impondo, aos infratores, medidas alternativas. O legislador da Lei n. 9.605/98 seguiu essa tendência moderna.

Não há dúvidas que este fim de século será lembrado pelas futuras gerações como sendo o mais importante para o meio ambiente. Se fez mais pelo meio ambiente nessas duas últimas décadas do que em todo século.

Acredito que será a educação nos bancos escolares que fará despertar a consciência cívica dos povos. O meio ambiente não tem pátria. Ela é de cada um, individualmente, e, ao mesmo tempo, de todos, de modo geral. Sua proteção não deve se restringir a uma ou a várias pessoas de um mesmo país, mas, sim, deve ser protegida por todos os países. As repercussões de um crime ambiental poderá repercutir em todo o mundo, como por exemplo, um desastre nuclear ou a poluição de um rio que corta diversos países.

Por esse motivo é que a tutela penal do meio ambiente é importante, pois o bem jurídico protegido é mais amplo do que o bem protegido em outros delitos penais.

Assim, para o Direito Penal moderno, a tutela penal deve ser reservada à lei, partindo-se do princípio da intervenção mínima no Estado Democrático de Direito. Tal tutela deve ser a *ultima ratio*, ou seja, só depois de se esgotarem os mecanismos intimidatórios (civil e administrativo) é que se procurará, na esfera penal, a eficácia punitiva.

## **CONCEITO DE MEIO AMBIENTE**

O termo meio ambiente é criticado pela doutrina e, com razão, pois *meio* é aquilo que está no centro de alguma coisa. *Ambiente* indica o lugar ou área onde vivem os animais. Assim, na noção de ambiente está também inserido o conceito de meio. Cuida-se de um pleonasma consistente na repetição de palavras ou de idéias com o mesmo sentido simplesmente para dar ênfase.

A expressão já está consagrada na doutrina, jurisprudência e na própria consciência da população. Por essa razão, é que o

legislador optou por sua utilização na edição da Lei n. 9.605/98. Conceitua-se meio ambiente como sendo “o conjunto de condições, leis, influências, alterações e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (art. 3º., inciso I, da Lei n. 6.938/81).

Partindo-se deste conceito, pode-se dividir o meio ambiente em: a) *meio ambiente natural* - integra o solo, a água, o ar atmosférico, a flora e a fauna; b) *meio ambiente cultural* - integra o patrimônio arqueológico, artístico, histórico, paisagístico e turístico; c) *meio ambiente artificial* - integra os edifícios, equipamentos urbanos, comunitários, arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca e instalação científica ou similar; e d) *meio ambiente do trabalho* - integra a proteção do trabalhador em seu local de trabalho e dentro das normas de segurança, bem como fornecendo-lhe uma qualidade de vida digna (art. 200, VIII, da CF).

Na realidade, basta dividir o patrimônio nacional do meio ambiente em: a) *patrimônio natural* e b) *patrimônio cultural*. Nem todo patrimônio artificial é protegido por lei, ato administrativo ou por decisão judicial. Só é protegido se tiver valor histórico, cultural, científico, turístico etc. Transforma-se, desta forma, o patrimônio artificial em patrimônio cultural e o meio ambiente do trabalho em patrimônio natural, bastando, portanto, esta divisão<sup>2</sup>.

## ANTECEDENTES HISTÓRICOS

As legislações penais esparsas relativas ao meio ambiente existentes antes do advento da Lei n. 9.605/98 eram muito confusas e de difícil aplicação. São elas: no Código Penal, arts. 163 (crime de dano), 165 (coisa tombada), 166 (alteração de local protegido), 250, par. 1º., II, h (incêndio em mata e floresta), 251 (explosão), 252 (uso de gás tóxico ou asfixiante), 254 (inundações), 256 (desabamento e desmoronamento), 259 (difusão de doença ou praga) e 267 a 271 (crimes contra a saúde pública).

---

<sup>2</sup> Ivete Senise Ferreira, Tutela Penal do Patrimônio Cultural, RT, vol. 3ª, ed. 1995, S. Paulo, p. 13.

Na Lei de Contravenções Penais, arts. 38 (poluição do ar) e 42 (poluição sonora). Nas legislações esparsas, art. 15 (causar poluição colocando em perigo a incolumidade humana), da Lei n. 6.938/81 (cuida da Política Nacional do Meio Ambiente), arts. 26 a 36, da Lei n. 4.771/65 (Código Florestal), arts. 27 a 34, da Lei n. 5.197 (Lei de proteção à fauna - Código de Caça), arts. 19 a 27, da Lei n. 6.453/77 (cuida da responsabilidade civil por danos nucleares e da responsabilidade criminal por atos relacionados com atividades nucleares), art. 2º, da Lei n. 7.643/87 (proíbe a pesca ou qualquer forma de molestamento de cetáceo nas águas jurisdicionais brasileiras, a Lei n. 7.653/88 (criminalizou condutas que eram meras contravenções pelo Código de Caça e criou figuras criminosas relacionadas à pesca), art. 8º, da Lei 7.679/88 (proíbe a pesca de espécies em períodos de reprodução), arts. 15, 16 e 17, da Lei n. 7.802/89 (que disciplina o uso de agrotóxicos), art. 21, Lei n. 7.805/89 (pune a extração de minério sem permissão, concessão ou licença), art. 10º, da Lei n. 7.347/85 (recusa, retarda ou omite dados requisitados pelo Ministério Público) e art. 6º, da Lei n. 8.072/90 (que alterou os arts. 267 e 270, do Código Penal (passou a considerar crimes hediondos causar epidemia e envenenar água potável)).

Ficava, assim, dificultosa a consulta rápida e imediata de toda a legislação esparsa existente em nosso ordenamento penal. Daí a necessidade de uma codificação ordenada e sistematizada das infrações penais de caráter ambiental. A inexistência desse ordenamento lógico e sistemático causava certas aberrações, cujas consequências somente a jurisprudência acabava sanando ou minimizando.

Foi, em razão dessa necessidade, que o legislador infraconstitucional resolveu ordenar em um único diploma legal todos os crimes relacionados ao meio ambiente, consolidando e sistematizando dentro de uma lógica formal os delitos e as penas. Nasceu, desta forma, a Lei n. 9.605/98, que cuida dos crimes ambientais e das infrações administrativas.

## **CONTEÚDO DA LEI**

A Lei n. 9.605/98 contém oitenta e dois artigos, distribuídos em oito capítulos. O Capítulo I trata das disposições gerais (sujeito ativo, pessoa jurídica, autoria e co-autoria). O Capítulo II trata da aplicação da pena (tipos de penas, consequências do crime, culpabilidade, circunstâncias atenuantes e agravantes). O Capítulo III cuida da apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime (instrumentos e produtos do crime). Capítulo IV trata da ação e do processo penal (todos os crimes da lei são de ação penal pública incondicionada, permitem a aplicação dos dispositivos dos arts. 74, 76 e 89 da Lei n. 9.099/95 com algumas novidades). O Capítulo V cuida dos crimes contra o meio ambiente (Seção I - Dos Crimes contra a Fauna; Seção II - Dos Crimes contra a Flora; Seção III - da Poluição e Outros Crimes Ambientais; Seção IV - Dos Crimes contra o Ordenamento Urbano e o Patrimônio Cultural; e Seção V - Dos Crimes contra a Administração Ambiental). O Capítulo VI trata da infração administrativa. O Capítulo VII cuida da cooperação internacional para a preservação do meio ambiente, e, finalmente, o Capítulo VIII cuida das disposições finais (o legislador se restringiu apenas em revogar as disposições em contrário, cabendo ao operador do direito cotejar as leis incompatíveis com esta).

Passemos a analisar alguns pontos inovadores inseridos na denominada lei dos crimes ambientais.

## **5. SUJEITOS DO CRIME**

### **5.1. Sujeito ativo**

O sujeito ativo dos crimes ambientais pode ser qualquer pessoa física imputável (art. 2º, da Lei nº 9.605/98). Considera-se imputável toda pessoa que tenha a capacidade de entender que o fato é ilícito e de agir de acordo com esse entendimento. As sanções penais aplicáveis a pessoa física são as penas privativa de liberdade, a restritiva de direitos e multa.

No entanto, a pena poderá ser atenuada: a) se o sujeito ativo tiver baixo grau de instrução ou escolaridade; b) se o sujeito ativo se arrepender e reparar espontaneamente o dano, ou limitar significativamente a degradação ambiental causada; c) se o agente comunicar previamente o perigo iminente de degradação ambiental; e d) se o agente colaborar com os encarregados da vigilância e do controle ambiental (art. 14, da Lei n. 9.605/98).

Também pode ser sujeito ativo dos crimes ambientais a pessoa jurídica (art. 3º, da Lei n. 9.605/98). Entende-se por pessoa jurídica aquela que exerce uma atividade econômica. Trata-se de um ente fictício, cujos estatutos estão previamente arquivados na junta comercial local. As sanções penais aplicáveis a pessoa jurídica são as penas de multa, as restritivas de direitos e a prestação de serviços à comunidade (art. 21, da Lei n. 9.605/98).

### ***5.2. Sujeito passivo***

O sujeito passivo dos crimes ambientais pode ser a União, os Estados e os Municípios, diretamente, e a coletividade, indiretamente.

Vê-se, pois, que o sujeito passivo no tipo penal previsto no art. 49, da Lei n. 9.605/98, é o proprietário do imóvel que teve suas plantas de ornamentação de logradouros destruídas, danificadas, lesadas ou maltratadas.

Assim, o sujeito passivo é o titular do bem jurídico lesado ou ameaçado.

### ***5.3. Concurso de pessoas***

Reza o art. 2º, da Lei n. 9.605/98: “Quem, de qualquer forma, concorre para a prática dos crimes previstos nesta lei, incide nas penas a estes cominadas, na medida de sua culpabilidade, bem como o diretor, o administrador, o membro do conselho e de órgão técnico, o auditor, o gerente, o preposto ou mandatário de

pessoa jurídica, que, sabendo da conduta criminosa de outrem, deixar de impedir a sua prática, quando podia agir para evitá-la”.

Este dispositivo é praticamente transcrição do artigo 29, do CP, acrescentando apenas as pessoas responsáveis pela pessoa jurídica diretamente (seus dirigentes) ou aqueles que indiretamente tem poder de decisão (preposto ou mandatário).

Em relação a prática da infração por pessoa física não haverá muitas dúvidas, pois aplica-se, subsidiariamente, o Código Penal. Dúvidas surgirão quanto da responsabilidade da pessoa jurídica e dos seus dirigentes ou mandatários. Eis que o parágrafo único do art. 3º. da Lei n. 9.605/98, ao prever a responsabilidade da pessoa jurídica, não excluiu a das pessoas físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato. Trata-se de responsabilidade penal cumulativa entre a pessoa jurídica e a pessoa física.

O legislador procurou responsabilizar também todas as pessoas que tiverem conhecimento da conduta criminosa de outrem e deixarem de impedir sua prática, quando podiam agir para evitá-la. Trata-se de conduta omissiva (deixar de impedir) o dano ambiental.

## 6. CRIME DE PERIGO E DE DANO

Nos crimes ambientais, os bens jurídicos protegidos se aproximam mais do “perigo” do que do *dano*. Isso permite realizar uma prevenção e ao mesmo tempo uma repressão. Classifica-se o delito de perigo em: a) *concreto* e b) *abstrato ou presumido*. No primeiro caso, o delito é perquirido caso a caso e, no segundo, por determinação legal<sup>3</sup>. O crime de perigo se consubstancia na mera expectativa de dano. Reprime-se para evitar o dano, basta a mera conduta independentemente da produção do resultado<sup>4</sup>.

---

<sup>3</sup> Paulo José da Costa Jr. Direito Penal na Constituição, Ed. 1995, Ed. RT, S. Paulo, p. 272.

<sup>4</sup> Antônio Herman V. Benjamin, Revista do Direito do Consumidor, Ed. RT, vol. 1. p. 103.

São os crimes de perigo abstrato que marcam os tipos penais ambientais na moderna tutela penal. Procura-se antecipar a proteção penal, reprimindo-se as condutas preparatórias.

Ressalte-se, contudo, que somente o dano efetivo poderá ser objeto de reparação na esfera civil e não o mero perigo *abstrato* ou *presumido*. Além disso, a doutrina tem afirmado que a maioria dos delitos são considerados de mera conduta. E sua inobservância configuraria o delito de desobediência passível de punição (art. 330, do CP).

## **7. ELEMENTO SUBJETIVO DO TIPO: DOLO E CULPA**

O conceito de dolo e de culpa está expressamente consignado no art. 18, I (dolo) e II (culpa), do CP. Entende-se por crime doloso, quando o agente quis o resultado ou assumiu o risco de produzi-lo e por crime culposos, quando o agente deu causa ao resultado por imprudência, negligência ou imperícia.

A responsabilidade penal está estruturada, essencialmente, sobre o princípio da culpabilidade. A Lei n. 9.605/98 contém tipos penais punidos a título de dolo e de culpa. Diante disso, há necessidade de se distinguir entre dolo e culpa. Alguns dos tipos penais só se consumam se o crime foi praticado dolosamente, ou seja, se o indivíduo tinha a vontade e a consciência de querer praticar aquele delito. Sua intenção subjetiva deve estar em harmonia com sua conduta exterior. Já a culpa, mais freqüente, se caracteriza pela imprudência, imperícia e negligência.

Todos os tipos penais desta lei são praticados a título de dolo, exceto quando a lei, expressamente, admite a modalidade culposa.

## **8. ELEMENTO NORMATIVO**

Em grande parte dos tipos penais ambientais, exige-se um elemento normativo. Assim, a conduta praticada por quem quer que seja deixará de ser crime se o agente previamente apresentar a *permissão, licença ou autorização da autoridade competente* para,



por exemplo, matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, exportar para o exterior peles e couros de anfíbios e répteis em bruto, introduzir espécime animal no País sem parecer técnico oficial ou cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente (arts. 29, 30, 31 e 39, da Lei n. 9.605/98). É crime extrair de florestas de domínio público ou consideradas de preservação permanente, *sem prévia autorização*, pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais (art. 44, da Lei n. 9.605/98). É crime receber ou adquirir, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, *sem a exibição de licença do vendedor, outorgada pela autoridade competente (...)* (art. 46, da Lei n. 9.605/98). É crime comercializar motosserra ou utilizá-la em florestas (...), *sem licença ou registro da autoridade competente* (art. 51, da Lei n. 9.605/98). É crime penetrar em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, *sem licença da autoridade competente* (art. 52, da Lei n. 9.605/98). É crime executar pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente *autorização, permissão, concessão ou licença*, ou produzir, processar etc. substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as *exigências estabelecidas em leis ou nos regulamentos* ou construir, reformar, ampliar, instalar ou fazer funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, *sem licença ou autorização* dos órgãos ambientais competentes, ou contrariando normas legais e regulamentares pertinentes (art. 55, 56 e 60, da Lei n. 9.605/98) etc.

## **9. TIPOS PENAS EM ESPÉCIES**

### **9.1 Dos crimes contra a fauna**

Na Seção I do Capítulo V, o legislador reservou nove artigos para os crimes contra a fauna, tipificando condutas delituosas praticadas contra espécies da fauna silvestre. Somente os arts. 29,

30, 31, 32, 33, 34 e 35 tipificam as condutas delituosas. O art. 29 se refere à caça, e os arts. 34 e 35 tipificam as condutas delituosas. As penas dos arts. 29, 31 e 32 não ultrapassam um ano de detenção. Aplicável, *in casu*, o instituto da transação penal, previsto no art. 76 da Lei n. 9.099/95. O art. 36 é norma explicativa e o art. 37 trata de causa de isenção da pena.

Faz-se necessário conceituar o termo *fauna*. Fauna é o conjunto de animais próprios de um país ou região que vivem em determinada época. No entanto, nem todos os animais são protegidos pela lei contra os crimes ambientais. Protegem-se as espécies da fauna silvestre ou aquática, doméstica ou domesticadas, nativas, exóticas ou em rota migratória. Essa proteção, contudo, não é absoluta. A lei exige a permissão, licença ou autorização da autoridade competente para a prática da caça ou da pesca.

O que se entende por fauna silvestre? São espécimes da fauna silvestre todas aquelas pertencentes a espécies nativas, migratórias e quaisquer outras, aquáticas ou terrestres, que tenham todo ou parte de seu ciclo de vida ocorrendo dentro dos limites do território brasileiro, ou águas jurisdicionais brasileiras (par. 3º, do art. 29, da Lei n. 9.605/98), ou seja, são os animais que têm seu hábitat natural nas matas, nas florestas, nos rios e mares, animais estes que, via de regra, ficam afastados do meio ambiente humano. A Lei Ambiental revogou os arts. 27 a 34 da Lei n. 5.197/67 (Lei de proteção à fauna - Código de Caça). Tais dispositivos dispunham sobre tipos penais considerados ilícitos, as agravantes, concurso de pessoas, procedimento investigatório etc. Os delitos penais estavam dispostos em um único artigo (art. 27, da Lei n. 5.197/67). O art. 34 da Lei nº 5.197/67, dispunha que os crimes contidos naquela lei eram inafiançáveis. Também foi revogado.

Destacam-se as seguintes condutas delitivas da lei dos crimes ambientais: é crime matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativas ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida. Também é crime quem impede a procriação da fauna, sem licença, autorização ou

em desacordo com a obtida, quem modifica, danifica ou destrói ninho, abrigo ou criadouro natural ou quem vende, expõe à venda, exporta ou adquire, guarda, tem em cativeiro ou depósito, utiliza ou transporta ovos, larvas ou espécimes da fauna silvestre, nativa ou em rota migratória, bem como produtos e objetos dela oriundos, provenientes de criadouros não autorizados ou sem a devida permissão, licença ou autorização competente, etc. (art. 29).

## ***9.2. Dos crimes contra a flora***

Nos crimes contra a flora (Seção II do Capítulo V), o legislador reservou quinze artigos, tipificando condutas delituosas praticadas contra as Unidades de Conservação, abrangendo aí as reservas biológicas, reservas ecológicas, estações ecológicas, parques nacionais, estaduais e municipais, florestas nacionais, estaduais e municipais, áreas de proteção ambiental, áreas de relevante interesse ecológico e reservas extrativistas ou outras a serem criadas pelo poder público (art. 40, par. 1º, da Lei n. 9.605/98). Somente os arts. 38, 39, 40, 41, 42, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51 e 52 tipificam as condutas delituosas. O art. 53 prevê as causas especiais de aumento de pena.

Pune-se quem destrói, danifica ou corta árvores em floresta de preservação permanente (art. 38 e 39). Pune-se também quem cause dano direto ou indireto em Unidades de Conservação (art. 40) ou provoque incêndio em mata ou floresta (art. 41). Pune-se quem fabrica, vende ou transporta ou solta balões (art. 42) ou quem extrai de florestas de domínio público ou considerado de preservação permanente sem autorização, pedra, areia, cal, etc... (art. 44). Pune-se igualmente quem corta ou transforma em carvão madeira de lei, sem autorização, ou recebe ou adquire madeira, lenha, carvão e outros produtos de origem vegetal, sem exhibir a competente licença (arts. 45 e 46). Pune-se quem impede ou dificulta a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação ou destrói, lesa ou maltrata, por qualquer modo ou meio, plantas de ornamentação de logradouros públicos ou em propriedade privada alheia (arts. 48 e 49). Pune-se ainda quem

destrói ou danifica florestas nativas ou plantadas ou vegetação fixadora de dunas, protetora de mangues, objeto de especial preservação ou quem comercializa motosserra ou a utiliza em florestas e nas demais formas de vegetação, sem licença ou registro (arts. 50 e 51). Pune-se quem penetra em Unidades de Conservação conduzindo substâncias ou instrumentos próprios para caça ou para exploração de subprodutos florestais, sem licença da autoridade competente (art. 52)<sup>5</sup>.

Para melhor conceituar os crimes contra a flora, se faz necessário buscar certas definições nas legislações esparsas. Trata-se da denominada lei penal em branco. A maioria das definições podem ser encontradas nas legislações, decretos, resoluções do IBAMA, etc...

### ***9.3. Do crime de poluição e outros crimes ambientais***

Entende-se por poluição a “degradação da qualidade ambiental resultante de atividades que, direta ou indiretamente: a) prejudiquem a saúde, a segurança e o bem estar da população; b) criem condições adversas às atividades sociais e econômicas; c) afetem desfavoravelmente a biota; d) afetem as condições estéticas ou sanitárias do meio ambiente; e) lancem matérias ou energia em desacordo com os padrões ambientais estabelecidos” (inciso III, do art. 3º, da Lei n. 6.938/81).

Assim, reza o art. 54, da Lei n. 9.605: “Causar poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, ou que provoquem a mortandade de animais ou a destruição significativa da flora”. O par. 1º cuida da modalidade culposa e o par. 2º das espécies de poluição, ou seja, do solo (inciso I), atmosférica (inciso II) e hídrica (inciso III). Tipifica como crime a conduta de impedir ou dificultar o uso público das praias (inciso IV). Também considera crime o lançamento de resíduos sólidos, líquidos, gasosos, detritos, óleos

---

<sup>5</sup> Tais dispositivos foram sucintamente comentados no livro de minha autoria intitulado Tutela Penal do Meio Ambiente - Breves Considerações Atinentes à Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, Saraiva, 1998, S. Paulo.

ou substâncias oleosas em desacordo com as exigências legais e regulamentares (inciso V). Pune-se, por fim, quem deixar de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave ou irreversível (par. 3º.).

Entendo que no *caput* deste dispositivo está inserido todo tipo de poluição (visual, sonora, atmosférica, hídrica e do solo) .

### 9.3.1. Conduta punível

A conduta punível é a de causar poluição de qualquer natureza (visual, sonora, hídrica, atmosférica e do solo) e em níveis tais que possam resultar em danos à saúde humana, em mortandade de animais e na destruição da flora. Causar é ser causa de, motivar, originar ou produzir. Poluir é corromper, sujar, profanar e manchar. Poluir é despejar resíduos (sólidos, líquidos ou gasosos) ou detritos (óleos ou substâncias oleosas) no ar, nas águas ou no solo, causando danos à saúde humana, mortandade de animais e destruição da flora. Classifica-se a poluição da biosfera em: a) poluição pelos detritos industriais, b) poluição pelos pesticidas e c) poluição radiativa. Cuida-se do chamado crime de perigo. Enquadra-se ainda, neste dispositivo, a conduta de causar queimada, pois a poluição atmosférica, pode ocasionar problemas respiratórios na população da área afetada. São estes os seguintes tipos de poluição: a) *poluição hídrica* é toda “modificação das características do ambiente aquático, de modo a torná-lo impróprio às formas de vida que normalmente abriga”<sup>6</sup>; b) *poluição atmosférica* é “o lançamento, num ecossistema, de agentes poluidores, como gases, fumaça, poeira, provocando sérios problemas para o equilíbrio ecológico e, conseqüentemente, para a vida humana: efeito estufa, chuvas ácidas, buraco na camada de ozônio, alterações meteorológicas, inversão térmica, etc.”<sup>7</sup>; c) *poluição do solo* é o despejo de detritos sólidos ou

<sup>6</sup> José Henrique Pierangelli. Agressões à natureza e proteção dos interesses difusos, Revista *JUSTITIA* n. 144, p. 12.

<sup>7</sup> Gilberto Passos de Freitas. Do Crime de Poluição. Artigo publicado na obra coletiva *Direito Ambiental em Evolução*, Juruá, 1998, S. Paulo, p. 128.

líquidos no solo, material orgânico ou inorgânico, causando poluição no solo e no subsolo, inclusive no lençol freático; d) *poluição sonora* é toda vibração emitida acima dos níveis suportados pelo ser humano, causando lesões no sentido auditivo; e e) *poluição visual* é a alteração exterior do meio-ambiente através de colocação de cartazes em lugares impróprios.

Pune-se ainda quem dificulta ou impede o uso público das praias. Considera-se praia “a área coberta ou descoberta periodicamente pelas águas acrescida da faixa subsequente de material detrítico, tal como areias, cascalhos, seixos e pedregulhos, até o limite onde se inicie a vegetação natural, ou, em sua ausência, onde comece um outro ecossistema” (art. 10, par. 3º, da Lei n. 9.660/88).

Trata-se de bem da União (art. 20, III e IV, da CF) e de uso comum do povo. É livre o seu acesso por qualquer pessoa.

É crime também o lançamento de resíduos sólidos, líquidos, gasosos, detritos, óleos e substâncias oleosas. Tal lançamento está disciplinado pela Lei nº 5.357/67 (estabelece penalidades para embarcações e terminais marítimos ou fluviais que lancem detritos ou óleo em águas brasileiras).

Pune-se, por fim, quem deixa de adotar, quando assim o exigir a autoridade competente, medidas de precaução em caso de risco de dano ambiental grave e irreversível. Cuida-se de delito de natureza omissiva.

### ***9.3.2. Crimes relacionados com a poluição da água e do ar***

Pune-se também quem provoca, pela emissão de efluentes ou carreamento de materiais, o perecimento de espécimes da fauna aquática existente em rios, lagos, açudes, lagoas, baías ou águas jurisdicionais brasileiras (art. 33, da Lei n. 9.605/98). Pune-se ainda quem envenena água potável, de uso comum ou particular, ou substância alimentícia ou medicinal destinada a consumo (art. 270, do CP). Pune-se quem corrompe ou polui água potável, de uso comum ou particular, tornando-a imprópria para consumo ou nociva à saúde (art. 271, do CP). Pune-se quem causa incêndio,

expondo a perigo a vida, a integridade física ou o patrimônio de outrem (art. 250, do CP). Pune-se, também, quem expõe a perigo a vida, integridade física ou o patrimônio de outrem, usando gás tóxico ou asfixiante (art. 252, do CP). Pune-se quem provoca, abusivamente, emissão de fumaça, vapor ou gás, que possa ofender ou molestar alguém (art. 38, da LCP). Pune-se, por fim, quem perturba alguém, o trabalho ou sossego alheios (art. 42, da LCP).

### 9.3.3. *Outros crimes ambientais*

Para estes crimes (Seção III Capítulo V), o legislador reservou quatro artigos descrevendo condutas delituosas, ou seja, os arts. 55, 56, 60 e 61, da Lei n. 9.605/98. Assim, pune-se quem executa pesquisa, lavra ou extração de recursos minerais sem a competente autorização, permissão, concessão ou licença, ou em desacordo com a obtida. Pune-se quem produz, processa, embala, importa, exporta, comercializa, fornece, transporta, guarda, tem em depósito ou usa produto ou substância tóxica, perigosa ou nociva à saúde humana ou ao meio ambiente, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou nos seus regulamentos. Pune-se também quem abandona produtos ou substâncias referidas no *caput*, ou os utiliza em desacordo com as normas de segurança. Pune-se ainda se a substância ou o produto for nuclear ou radioativo. Pune-se quem constrói, amplia, instala ou faz funcionar, em qualquer parte do território nacional, estabelecimentos, obras ou serviços potencialmente poluidores, sem licença ou autorização dos órgãos ambientais competente, ou contrariando as normas legais e regulamentares pertinentes. Pune-se ainda quem dissemina doença ou praga ou espécies que possam causar dano à agricultura, à pecuária, à fauna, à flora ou aos ecossistemas.

#### ***9.4. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural***

Na Seção IV do Capítulo V, o legislador reservou quatro artigos para os crimes contra o ordenamento urbano (arts. 64 e 65) e o patrimônio cultural (arts. 62 e 63), tipificando condutas delituosas praticadas contra bem público. Todos os artigos tipificam condutas delituosas (arts. 62, 63, 64 e 65, da Lei nº 9.605/98). As penas dos arts. 64 e 65 da citada lei não ultrapassam um ano de detenção, aplicando-se o instituto da transação penal, previsto no art. 76, da Lei nº 9.099/95. Já os arts. 62 e 63 têm pena mínima de um ano de reclusão, aplicando-se o instituto da suspensão do processo, previsto no art. 89, da Lei nº 9.099/95.

Antes do advento desta lei, a proteção penal do patrimônio cultural estava inserida no Código Penal, no capítulo atinente ao delito de dano (arts. 163, III, 165 e 166). Os arts. 165 e 166 foram revogados pela nova lei dos crimes ambientais.

Destacam-se as seguintes condutas delitivas, ou seja, destruir, inutilizar ou deteriorar: a) bem especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial; b) arquivo, registro, museu, biblioteca, pinacoteca, instalação científica ou similar protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial (art. 62). Alterar o aspecto ou estrutura de edificação ou local especialmente protegido por lei, ato administrativo ou decisão judicial, em razão de seu valor paisagístico, ecológico, turístico, artístico, histórico, cultural, religioso, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida (art. 63). Promover construção em solo não edificável, ou no seu entorno, assim considerado em razão de seu valor paisagístico, ecológico, artístico, turístico, histórico, arqueológico, etnográfico ou monumental, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a concedida (art. 64). E por fim, pichar, grafitar ou por outro meio conspurcar edificação ou monumento urbano (art. 65).



### 9.5. *Dos crimes contra a administração ambiental*

Na Seção V do Capítulo V, o legislador reservou quatro artigos para os crimes contra a administração ambiental, tipificando condutas praticadas por funcionário público e por particular. Todos os quatro artigos tipificam crimes e estipulam sanções penais. As penas dos arts. 66, 67, 68 e 69 têm penas mínimas de um ano de reclusão e de detenção. Portanto, nesta Seção, aplica-se somente o instituto da suspensão do processo, previsto no art. 89, da Lei n. 9.099/95, com exceção do parágrafo único do art. 67 e do parágrafo único do art. 68, da Lei n. 9.605/98, cuja pena é de três meses a um ano, sem prejuízo da multa, se o crime for de natureza culposa. Nesses casos, aplica-se o instituto da transação penal, previsto no art. 76, da Lei n. 9.099/95.

Os dois primeiros artigos cuidam de crimes praticados por funcionário público, e os dois últimos, por particulares contra a administração pública ambiental. O legislador resolveu punir mais severamente o funcionário público do que o particular, agravando a pena daquele.

Antes do advento desta lei, o funcionário público e o particular respondiam pelas infrações penais previstas no Código Penal, cujos delitos encontram correspondência nos arts. 328 e s. do Código Penal (trata, dos crimes praticados por particular contra a administração em geral) e os arts. 312 e s. do mesmo *Codex* (cuidam dos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral). Com a criação da nova Lei Ambiental, aplica-se o Código Penal subsidiariamente.

Destacam-se as seguintes condutas delitivas: fazer o funcionário público afirmação falsa ou enganosa, omitir a verdade, sonegar informações ou dados técnico-científicos em procedimentos de autorização ou de licenciamento ambiental (art. 66). Conceder o funcionário público licença, autorização ou permissão em desacordo com as normas ambientais, para as atividades, obras ou serviços cuja realização depende de ato autorizatório do Poder Público (art. 67). Deixar, aquele que tiver o dever legal ou contratual de fazê-lo, de cumprir obrigação de

relevante interesse ambiental (art. 68). E por fim, obstar ou dificultar a ação fiscalizadora do Poder Público no trato de questões ambientais (art. 69).

## **10. CONCLUSÃO**

A Lei n. 9.605/98 procurou sistematizar toda a legislação esparsa. Trata-se de uma legislação moderna, trouxe muitos avanços e alguns retrocessos, mas, no geral, melhorou alguns tipos penais e criou outros, acrescentando a culpa como modalidade inexistente anteriormente, bem como mais crimes de perigo.

Espera-se que a legislação seja bem entendida e corretamente aplicada.

No entanto, não é isso que vem acontecendo. O nosso Presidente da República, atendendo a pedido de empresários poluidores, baixou a Medida Provisória n. 1.710, de 07 de agosto de 1998, suspendendo por até dez anos a aplicação desta lei, permitindo que órgãos ambientais integrantes do SISNAMA, firmassem termo de compromisso com pessoas físicas ou jurídicas responsáveis pela construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores.

Já na segunda edição, a Medida Provisória, de 08 de setembro de 1998, diminuiu o prazo para até seis anos, dentre outras alterações necessárias. Tal medida, em outras palavras, concedeu aos empresários o direito de poluir. Não há dúvidas de que essa medida é inconstitucional, consoante art. 225 e o art. 5º. da CF. Ninguém poderá dispor do direito que é de todos e não do governante. Trata-se de direito indisponível. Ninguém poderá dispor da saúde, do bem estar social e da qualidade de vida da coletividade e muito menos através de medida provisória. Essa medida está com seus dias contados.

Vê-se, pois, que o próprio Presidente da República, ao baixar a medida provisória, tenta postergar a aplicação da lei por até dez

anos. Desta forma, como podemos lutar por um meio ambiente ecologicamente equilibrado se o nosso governante maior dispôs desse direito através de uma mera medida provisória. Assim, não basta apenas termos uma legislação forte e, aparentemente, eficaz, se não formos educados para defender o patrimônio universal. É necessário que nossas crianças tenham aulas nas escolas sobre meio ambiente. Só assim estaremos contribuindo para fazer um país mais humano e solidário.